

2021 chegou! E agora?

Uma breve reflexão sobre o que pode vir.

Iniciamos 2021 num cenário ainda muito preocupante: aumento da média móvel dos novos casos de contaminados pela Covid-19 e das mortes por ele provocadas, redução dos impactos da pandemia ainda sem respostas efetivas e incertezas sobre a efetividade das vacinas disponíveis; aumento do descrédito na Justiça, principalmente no STF, gerando insegurança jurídica; política confusa e a governabilidade do país com a economia debilitada e a necessidade da manutenção do Teto de Gastos, em decorrência do enorme déficit fiscal; orçamento para a Saúde em 2021 ainda não votado e provavelmente menor que o do ano anterior; ameaças de descontinuidade das ações da Lava Jato no combate à corrupção; entre outras indefinições como as das presidências da Câmara e Senado Federal, e das reformas Tributária e Administrativa. Portanto, nada diferente do que dizia o saudoso economista e diplomata Roberto Campos: *“O bem que o Estado pode fazer é limitado; o mal, infinito. O que ele nos pode dar é sempre menos do que nos pode tirar.”*

Pelo lado dos hospitais que prestam serviços ao Sistema Único de Saúde - SUS, agravaram-se os atrasos nos repasses dos pagamentos devidos pelos gestores locais do SUS, de forma incompreensível e inaceitável e a troca de prefeitos na maioria dos municípios brasileiros deve tomar proporções ainda mais contundentes, ferindo de morte as finanças desses hospitais. Persistem dúvidas sobre os desfechos que terão os pagamentos realizados pela média mensal, em que se desobrigou os hospitais do

cumprimento das metas quali-quantitativas contratadas. O mesmo ocorre em relação ao recrudescimento das internações de pacientes com Covid-9, intensificando-se o uso de leitos de UTI, sem o conhecimento de como será o valor de remuneração desses leitos.

Fato é que, com a pandemia, os hospitais viram seus custos ganharem proporções nunca imaginadas, pela explosão de preços de equipamentos, EPIs, medicamentos, anestésicos, gases medicinais, aumento de funcionários e de horas extraordinárias, entre outros benefícios, como afastamento daqueles mais suscetíveis ao risco de contrair o Covid-19. Não bastasse, há, ainda, uma “espada de Dâmocles” sobre eles, pois persistem ameaças de a Justiça do Trabalho vir a acolher centenas ou milhares de reclamações trabalhistas e reconhecer outros direitos dos trabalhadores que foram acometidos pela Covid-9 durante a jornada ou mesmo fora dela, mesmo sem nexos causal. O que isto pode gerar de indenizações é impensável.

A pergunta é: será que os hospitais conseguirão sobreviver neste cenário e continuar cumprindo o papel social relevante?

Muito se tem falado sobre a importância dos serviços prestados ao SUS pelos hospitais filantrópicos, com capilaridade em todo o território nacional, disponibilizando atendimentos de alta e média complexidade em volume e qualidade assistencial que o SUS não pode prescindir. Eles são os mais suscetíveis aos efeitos econômico-financeiros negativos, caso não haja um socorro governamental. O que pode ocorrer com eles neste 2021 é uma incógnita. Estão suficientemente preparados para enfrentar possíveis novos atrasos de pagamentos com valores defasados? Continuarão se endividando junto a bancos e fornecedores para manter o atual nível de atendimentos e qualidade assistencial ou terão que se reinventar, adaptando-se às novas circunstâncias?

Tudo isto sem falarmos nas constantes ameaças da perda do benefício de imunidade tributária, que poderá vir com a Reforma Tributária e/ou com os projetos de lei complementar que pretendem regulamentar a certificação da filantropia, ambos já em discussão na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Se até agora não avançaram como se pretendia, deveu-se à pandemia do coronavírus, que alterou toda a funcionalidade dessas duas Casas Legislativas.

Para continuar prestando serviços ao SUS, será preciso muita sabedoria por parte dos dirigentes dos hospitais na negociação com o gestor local do Sistema Único, alinhando a remuneração dos serviços aos seus custos reais. Rever e racionalizar os processos e cortar custos ao extremo, promover o gerenciamento efetivo dos processos, serviços e metas, melhorar a relação com o Corpo Clínico e estimulá-lo a colaborar com a sustentabilidade da instituição, usar de todos os meios para evitar o endividamento e a descapitalização das estruturas existentes e, por fim, avaliar a eventual necessidade de implantação de modelo de gestão mais eficiente.

2021 chegou! Está aí mostrando a cara e a exigir posturas e atitudes diferentes de todos nós. Não há tempo a perder. Com sabedoria poderemos superar a crise e os obstáculos que aí estão.

José Luiz Spigolon